

EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL: A LITERATURA NEGRO-BRASILEIRA, UM CAMINHO*

EDUCATION AND ETHNIC-RACIAL RELATIONS IN BRAZIL: LITERATURE NEGRO-BRASILEIRA, A WAY

Daniele Teixeira

Centro Universitário de Votuporanga - UNIFEV
danii_teixeira1@hotmail.com

RESUMO: Este artigo pretende refletir e apresentar uma proposta pedagógica para o ensino das relações étnico-raciais. A fundamentação teórica baseia-se nos estudos de Laraia (2001) e Gomes (2003), na área de literatura valeu-se das contribuições de Candido (1995) e Cuti (2010), sobre o ensino de literatura africana e afro-brasileira os documentos oficiais como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (1999) e Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2006). A proposta possibilita ao aluno ter acesso à história e à cultura africanas em sala de aula contextualizadas com sua realidade.

PALAVRAS-CHAVE: Lei 10.639/03. Diversidade étnico-racial. Literatura negro-brasileira. Ensino de literatura. Pluralidade cultural.

ABSTRACT: This academic study intends to resent a pedagogical proposal for the teaching of ethnic-racial relations. The theoretical foundation with studies of Laraia (2001) and Gomes (2003), in the area of literary studies the contributions of Candido (1995) and Cuti (2010), and on the teaching of African and Afro-Brazilian literature the documents Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (1999), Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2006). The proposal enables the student to have access to African history and culture in the classroom, in a way that is contextualized with their reality.

KEYWORDS: Law 10.639/03. Ethnic-racial diversity. Literature negro-brasileira. Literature teaching. Cultural plurality.

INTRODUÇÃO

As relações étnico-raciais são ainda pouco contempladas em salas de aula e, quando trabalhadas, restringem-se à época da escravidão negra africana no Brasil, focalizando em como o processo ocorria e a hierarquização existente entre brancos e negros, esquecendo-se dos aspectos culturais. Dessa

* Este artigo resulta de uma síntese da pesquisa realizada durante a graduação para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *Questões étnico-raciais em sala de aula: reflexões e uma proposta de ensino* (2017), orientado pela Profa. Dra. Karina de Oliveira.

forma, não há a abordagem, estudo e, principalmente, valorização da cultura africana que tanto influenciou na formação cultural brasileira.

De acordo a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*, a diversidade étnico-racial da sociedade brasileira merece atenção especial nas práticas escolares em todos os níveis educacionais. Isso significa que, a partir de então, novas diretrizes e projetos deveriam ser implantados a fim de se reconhecer a importância dos indígenas e africanos no processo de formação da identidade nacional.

Diante desse contexto, pretende-se elaborar uma proposta com o objetivo de contribuir para a consolidação do ensino das relações étnico-raciais de acordo com a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*. E ainda introduzir na sala de aula poemas que apresentam ricos elementos para a abordagem da cultura africana, focalizando na colaboração dos negros na cultura do Brasil, tais como o léxico, as crenças religiosas e os hábitos cotidianos que foram trazidos para o país pelos negros.

DIVERSIDADE E PLURALIDADE CULTURAL NO AMBIENTE ESCOLAR

Atualmente, a palavra cultura tem sido muito usada, especialmente no campo educacional. Isso pode ser atribuído aos diversos movimentos étnicos que vêm se expandindo no país, como, por exemplo, as organizações do Movimento Negro no Brasil e o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, que surgiram na década de 70 e objetivam principalmente acabar com o racismo e valorizar a figura do negro.

O conceito de cultura foi definido pela primeira vez por Edward Tylor (*apud* LARAIA, 2001, p.14) no vocábulo inglês *culture* como sendo “(...) todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”.

O ser humano ao nascer entra em contato com os hábitos do corpo social em que se encontra e passa pelo processo de endoculturação, que nada mais é do que o processo de aprendizagem e socialização do homem com o meio em

que vive (KROEBER *apud* Laraia, 2001, p.26). Contudo, a cultura de um determinado local está sujeita a constantes mudanças.

Segundo Laraia (2001), deve-se considerar que o homem é um ser dinâmico que se aperfeiçoa e adapta-se de acordo com as condições geográficas e sociais de onde se encontra, assim sendo, há a mudança cultural interna que é decorrente dessa própria dinamicidade do ser humano. Por exemplo, ao longo dos anos a humanidade cria novas invenções, novos estilos de casas, novas palavras, assim, a cultura vai modificando-se.

E ocorre também a mudança resultante do contato de um sistema cultural com outro, ou seja, quando os hábitos de um determinado povo modificam-se devido a relação que estabelece com a cultura de outro povo. A exemplo disto pode-se citar a influência europeia sobre os modos dos indígenas que já habitavam as terras brasileiras no ano de 1500.

Laraia (2001) ainda afirma que é fundamental entender essas mudanças culturais para primeiramente atenuar o choque entre as gerações, mas principalmente para evitar comportamentos preconceituosos entre os povos. É necessário que a humanidade compreenda essa dinamicidade e entenda as diferenças entre os sistemas culturais.

Um dos meios mais significativos de transmissão desses valores culturais é a educação. Para que o homem possa viver em sociedade, desde pequeno, por meio da educação familiar, ele aprende todos os conceitos e regras estabelecidos pela comunidade em que se encontra. É a cultura que possibilita ao homem adaptar-se ao meio e é ela também que delineia de certa maneira todas as suas crenças e o seu comportamento.

Gomes (2003, p.2) alerta que de maneira alguma as diferenças culturais devem contribuir para qualquer tipo de classificação ou valorização e desvalorização entre os povos. Contudo, não é o que acontece no Brasil, especialmente com os negros que ainda sofrem discriminações, acarretando em marginalização social, afetando-os no campo profissional e, conseqüentemente financeiro, levando-os na maioria das vezes à pobreza extrema.

Se os conceitos preconceituosos forem trabalhados de modo positivo desde a infância, a tendência é a diminuição desse comportamento desumano, logo, a educação é um meio para construir uma sociedade mais igualitária que

garanta os direitos de todos os homens sem distinção, afinal, este é o objetivo explícito presente no Artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...). (BRASIL, 1988, p.13)

Uma maneira de reverter essa situação preconceituosa e suas consequências é abordá-la desde o ensino infantil até o ensino superior com o objetivo de resgatar a positividade da cultura africana, valorizando-a como relevante componente na formação dos costumes culturais brasileiros.

A valorização da cultura africana neste estudo consiste em trabalhar a religiosidade, a musicalidade, a estética, a corporeidade, a vivência da negritude e, principalmente, a consciência cultural, possibilitando aos negros posicionar-se diante do outro com equivalência, pois, o objetivo é reconhecê-la e propor formas de levá-la para as salas de aula.

Desde o fim da escravidão no Brasil, considerando-se que a abolição da escravatura foi um processo lento e, com isso, os negros ainda sofriam e continuam sofrendo com situações preconceituosas, muitos movimentos foram consideráveis para a melhoria do quadro do negro no país, embora nenhum tenha sido capaz de cessar por completo essa situação discriminatória.

A própria organização governamental brasileira aprovou leis e diversas medidas visando auxiliar na estruturação de uma sociedade mais igualitária. Dentre essas medidas, serão abordadas no próximo tópico as leis relacionadas à educação escolar, que é o campo de trabalho da presente proposta.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL E A EDUCAÇÃO DA DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL

A Lei nº 9.394 sancionada em 20 de dezembro de 1996 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso define e regulariza a organização da educação brasileira baseada no princípio do direito universal à educação para todos. A partir de então, estabeleceu-se que:

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida

pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. (BRASIL, 1996)

A *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)* definiu que os estabelecimentos de ensino fundamental e médio deveriam conter um currículo escolar programático único, diferenciando-se apenas quanto aos temas regionais que exigiam tratamentos diferenciados quanto à diversidade cultural de cada local. Ou seja, já havia uma consciência da pluralidade cultural do Brasil, no entanto, o ensino infantil e superior não são parte integrante da proposta.

Após a divulgação do documento notou-se que algumas reformulações eram necessárias e somente no ano de 2003 é que o então presidente Luís Inácio Lula da Silva, sentindo necessidade de intervir positivamente com intenção de combater o racismo, aprovou a Lei nº 10.639 para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Brasileira” focalizando a importância do reconhecimento da participação dos negros na cultura do país:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos 26-A, 79-A e 79-B:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)”

“Art. 79-A. (VETADO)”

“Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República. (BRASIL, 2003)

Desde então, o ensino da história e cultura da África e dos africanos tornaram-se obrigatórios nas escolas de ensino fundamental e médio tanto da rede pública quanto privada, voltando-se para o estudo da luta dos negros no Brasil e as suas colaborações nos mais diversos campos da cultura brasileira.

Procurando desenvolver uma sociedade igualitária e possibilitando o reconhecimento da pluralidade cultural no Brasil, o mesmo presidente sancionou

em 2008 a Lei nº 11.645 que alterou a lei anterior acrescentando o estudo da história e cultura indígenas admitindo, assim, também a efetividade dos índios na criação da cultura do país.

Embora se reconheça a relevância de abordar a cultura indígena em sala de aula e compreenda-se que em todas as séries escolares necessita-se de projetos que auxiliem no cumprimento da lei e objetivando diminuir o preconceito na sociedade, o presente estudo irá restringir-se no campo da cultura africana voltada para o ensino médio, por fatores que serão melhor justificados logo a seguir.

A CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NO ENSINO MÉDIO

Segundo os *Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM)*, é preciso que a escola disponibilize aos discentes produtos culturais diversos que possibilitem o desenvolvimento de sua identidade, pois, assim, terá como base não só os valores de sua família, mas também outros meios mais amplos e globalizados.

As Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais explicitam claramente esta função a ser desempenhada pela instituição escolar:

A escola de Ensino Médio deve desenvolver ações para que todos (as), negros (as) e não-negros (as), construam suas identidades individuais e coletivas, garantindo o direito de aprender e de ampliar seus conhecimentos, sem serem obrigados a negar a si próprios ou ao grupo étnico-racial a que pertencem. É na perspectiva da valorização da diversidade que se localiza o trabalho com a questão racial, tendo como referência a participação efetiva de sujeitos negros (as) e não-negros (as). (BRASIL, 2006, p. 91)

Contudo, o mesmo documento reconhece que, quando a temática é a dinamicidade das relações raciais, as escolas, em sua maioria, silenciam-se possibilitando assim que seja transmitida uma ideia de superioridade branca, pois, “silenciar-se diante do problema não apaga magicamente as diferenças, e ao contrário, permite que cada um construa, a seu modo, um entendimento muitas vezes estereotipado do outro que lhe é diferente” (BRASIL, 2006, p. 23).

E afirma ainda que, em muitas escolas, tanto públicas quanto particulares, “a temática racial tende a aparecer como um elemento para a inferiorização daquele/a aluno/a identificado/a como negro/a” (BRASIL, 2006, p.

22), o que é ainda mais grave, visto que, segundo inciso XLII do Artigo 5º da Constituição Brasileira, o racismo é um crime inafiançável e a lei se aplica a todos os cidadãos e instituições, inclusive, à escola.

Portanto, é fundamental que haja no espaço escolar um estudo desse problema e que os educadores criem projetos objetivando combatê-lo, por meio da promoção do respeito mútuo, conscientização e respeito das diferenças, atividades que possibilitem tanto os docentes quanto os educandos a discutirem esse assunto sem medo, receio ou preconceito.

Visando a auxiliar as escolas na implantação de novos projetos pedagógicos, o Conselho Nacional de Educação, por meio do Parecer CNE/CP 3/2004, aprovou em 2004 as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNs Educação das Relações Étnico-Raciais)*.

Segundo esse documento, para alcançar os objetivos da educação das relações-raciais são necessárias atitudes inovadoras. A educação, como desempenha grande influência na formação do homem, tem a possibilidade de promover a integridade do ser humano, estimulando e valorizando hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características das minorias e dos diferentes grupos que existem dentro da sociedade.

Devem-se criar propostas que encaminhem o educando à compreensão dos valores africanos, bem como a sensibilização perante o sofrimento causado aos negros pelos apelidos depreciativos e piadas que demonstrem explicitamente ou implicitamente a incapacidade ou inferioridade do afro-brasileiro, ridicularizando seja sua cor, cabelo, religião, traços físicos ou costumes (BRASIL, 2004, p.12).

As *DCNs Educação das Relações Étnico-Raciais* alertam que para a educação conseguir atingir esse propósito é necessário o apoio de toda a sociedade, posto que as práticas pedagógicas não se limitam às atividades dentro das escolas, assim, uma série de recursos materiais e não materiais devem ser disponibilizados para o sucesso do objetivo, bem como os professores e os alunos estarem dispostos e conscientes da problematização que envolve as relações étnico-raciais.

A fim de que os projetos tenham sucesso dentro das escolas, primeiramente, os educadores devem repensar seus valores e conceitos, depois, procurarem apoio na comunidade observando os adolescentes e conversando com estudiosos e movimentos que se envolvam na causa, assim, poderão criar atividades que mesclam a teoria com a realidade (BRASIL, 2004, p.15).

Já os administradores dos sistemas de ensino têm a função de munir as escolas, os professores e os alunos de material bibliográfico e didático adequado sobre a temática, além de supervisionar os trabalhos para evitar que uma questão como esta, complexa e pouco trabalhada, seja abordada de maneira errônea, incompleta ou superficial.

Vale lembrar que o objetivo não é mudar o foco etnocêntrico do europeu para o africano, mas sim ampliar o currículo escolar para a diversidade cultural, por isso, não apenas a raiz africana deve ser tratada em sala de aula, mas também a cultura asiática, indígena, dentre outras. É preciso a implantação de instituições escolares em que os jovens se vejam incluídos com o direito de aprender e ampliar os conhecimentos sem negar as raízes e a sua cultura.

Verifica-se que as *DCNs Educação das Relações Étnico-Raciais* apontam vários fatores que são indispensáveis ao resultado exitoso dos projetos pedagógicos: os professores, os alunos, a comunidade, os administradores, entre outros. Ou seja, assim como o processo de abolição escravocrata foi lento, a implantação de atitudes inovadoras também será enquanto todos os itens não trabalharem em conjunto.

Cabe ao professor a observação perante a comunidade e a criação de projetos eficazes que auxiliem os alunos negros a se autoconhecerem e aos demais alunos a conscientização da participação ativa que os africanos tiveram na construção da cultura brasileira, e é justamente este o objetivo do presente trabalho, apresentar uma proposta de ensino que auxilie o professor de Língua Portuguesa a trabalhar a diversidade racial em sala de aula.

A LITERATURA NO CONTEXTO ESCOLAR

As aulas de literatura têm grande responsabilidade no ensino de história e cultura africana para alcançar os objetivos apresentados pela Lei nº 10.639/03

da *LDB*. Segundo Candido (1995, p.74), o termo “literatura” abrange “todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações.”.

Candido afirma que a literatura é indispensável à humanização por atuar no subconsciente e no inconsciente do homem, podendo ser igualada à educação familiar ou escolar, ou seja, a literatura tem um grande papel na formação do ser humano por proporcionar conhecimento e possibilitar ao homem subsídios para a construção de suas ideologias. Segundo o autor, humanização é:

(...) o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante. (CANDIDO, 1995, p.180)

Esse processo é possível porque os textos tornam-se veículos de propagação, “há na literatura níveis de conhecimento intencional, isto é planejados pelo autor e conscientemente assimilados pelo receptor. Estes níveis são os que chamam imediatamente a atenção e é neles que o autor injeta as suas intenções de propaganda, ideologia, crença, revolta, adesão etc.” (CANDIDO, 1995, p.180).

Logo, os textos literários podem atuar como instrumentos de humanização, dentro desse processo, o que mais contribui para a concretização dos objetivos da Lei nº 10.639/03 é o fato de possibilitar ao homem maior compreensão relacionada à natureza, à sociedade e ao semelhante.

A criação dessa lei possui, implicitamente, como principal objetivo, por meio do estudo da cultura africana possibilitar aos lecionando o conhecimento a cerca das diferenças e semelhanças que existem entre as diversas civilizações do mundo. Assim, tendo conhecimento concreto e aprofundado, o educando expandirá sua visão compreendendo que apesar das diferenças, todo homem é semelhante independente de seus hábitos culturais.

A implantação de novas pedagogias que objetivam diminuir o preconceito por meio do estudo de outras culturas é um processo lento, mas essencial, posto que só pode se expressar a respeito do que se tem informação. Bem como afirma o crítico: “(...) a literatura satisfaz (...) à necessidade de conhecer os sentimentos e a sociedade, ajudando-nos a tomar posição em face deles.” (CANDIDO, 1995, p. 180).

À vista disso, é primordial que os docentes estejam bem preparados e informados para abordar a história e cultura africana em sala de aula, conhecendo os termos corretos e nomenclaturas adequadas em cada situação e item a ser abordado durante as aulas.

LITERATURA NEGRO-BRASILEIRA

Há muitas terminologias designadas à literatura que relaciona-se de alguma forma com a história dos negros, por exemplo, literatura afro-brasileira, literatura africana e literatura afrodescendente. Mas, o presente estudo procurará restringir-se à literatura negro-brasileira.

Segundo Cuti (2010), a nomenclatura “literatura negro-brasileira” é utilizada para classificar as obras que apresentam uma luta contra o racismo, seja por meio do discurso direto de personagens negras, seja por meio da denúncia dos tratamentos desumanos para com os negros, seja por meio da propagação da cultura africana.

Para entender essa terminologia, precisa-se conceber que o uso da palavra “negro” é uma maneira de se comprometer com “a luta antirracista, é estar atento aos preconceitos e à consequente cristalização de estereótipos, é dar mais ênfase à criação diaspórica do que a origem de seus produtores ou o teor de melanina em suas peles” (CUTI, 2010, p. 43).

O autor ainda afirma que a palavra “negro” aponta para um processo de luta participativa nos destinos da nação, ou seja, é um meio de reconhecer a influência dos africanos na edificação do Brasil, além de demonstrar uma preocupação com a identidade nacional, representada pelo termo “brasileira”.

Diante do exposto, no presente estudo é mais adequado o uso da terminologia “literatura negro-brasileira” por esta englobar em sua significação os aspectos que se relacionam com o objetivo do trabalho, ou seja, a abordagem

de obras com subsídios suficientes para o estudo da cultura africana em sala de aula, relacionando-a com os atuais hábitos dos brasileiros e reconhecendo-a como forte integrante na construção da cultura brasileira para auxiliar na formação da identidade dos alunos.

PROPOSTA DE ENSINO QUE CONTEMPLE AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

O ensino de literatura possibilita ao docente de Língua Portuguesa apresentar diversas obras ao alunado. Ao trabalhar a temática proposta pela Lei nº 10.639/03, um dos meios de alcançar seus objetivos seria o estudo de textos ricos em elementos culturais africanos, conteúdos estruturados de maneira a transparecer a cultura dos negros e a sua complexidade histórica no Brasil, ou seja, levar para a sala de aula a literatura negro-brasileira.

Os poemas *Urucungo*, de Raul Bopp, e *Rei é Oxalá, rainha é Iemanjá*, de Jorge de Lima, são textos que possibilitam essa abordagem cultural, logo, serão apresentados em seguida a fim de demonstrar como tais obras apresentam subsídios suficientes para a abordagem histórico-cultural dos negros focalizando a influência que a África exerceu sobre a construção da identidade brasileira.

O poema *Urucungo* encontra-se em uma obra intitulada com o mesmo nome, publicada em 1932 que reúne dezenove poemas com a temática negritude. Bopp⁴⁰ fez parte do Modernismo brasileiro, suas obras geralmente possuem linguagem coloquial e estrutura livre, típico dos textos desta escola literária.

O movimento modernista teve como ponto de partida a Semana da Arte Moderna que ocorreu em 1922 na cidade de São Paulo e consistiu na apresentação de diversas obras (livros, pinturas, esculturas, músicas entre outras) que buscavam romper com o tradicionalismo.

A maior preocupação dos modernistas era construir uma identidade nacional própria fugindo da ascendência europeia, para tanto, buscaram

⁴⁰ Poeta, cronista e diplomata brasileiro, descendente de imigrantes alemães fixados no Rio Grande do Sul, nasceu em 04 de agosto de 1898, Vila Pinhal e faleceu em 02 de junho de 1984, no Rio de Janeiro. Sua obra mais conhecida é *Cobra Norato*, poema inspirado no movimento antropofágico que passasse na floresta Amazônica e constrói-se a partir de elementos místicos e folclóricos. (Raul Bopp. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa3426/raul-bopp>>. Acesso em: 28 de maio. 2017).

reconstruir as origens do povo brasileiro. O principal símbolo do homem nacional era o índio, como aparece em *Macunaíma*, de Mário de Andrade.

Contudo, Bopp (1998) busca as origens no povo africano, resgatando os costumes dos escravos que perduraram no brasileiro. É justamente isso que fica explícito no poema *Urucungo*, e pela sua riqueza lexical e da descrição dos costumes dos negros é que se torna possível sua abordagem em sala de aula para o conhecimento da cultura e história africana. Segue na íntegra o texto:

Pai-João, de tarde, no mocambo, fuma
E as sombras afundam-se no seu olhar.
Preto velho afoga no cachimbo a lembrança dos anos de trabalho que
lhe
[gastaram os
músculos.
Perto dali, no largo pátio da fazenda,
umbigando e corpeando em redor da fogueira
começa a dança nostálgica dos negros,
num soturno bate-bate de atabaque de batuque.

Erguem-se das solidões da memória
coisas que ficaram do outro lado do mar.

Preto velho nunca mais teve alegria.

Às vezes pega no urucungo
E põe no longo tom das cordas vozes que ele escutou pelas florestas
[africanas.
Dói-lhe ainda no sangue uma bofetada de nhô-branco.
O feitor dava-lhe às vezes uma ração de sol para secar as feridas.

Perto dali, enchendo a tarde lúgubre e selvagem,
a toada dos negros continua:

Mamá Cumandá
Eh Bumba.
Acababá Cubebé
Eh Bumba.
(BOPP, 1998, p.199)

Outro escritor brasileiro que produziu textos baseados na temática africana foi Jorge de Lima⁴¹. O poema *Rei é Oxalá, rainha é Iemanjá*, publicado em 1947 no livro *Poemas negros* possui como temática principal a religiosidade africana o que fica evidente no texto:

Rei é Oxalá que nasceu sem se criar.
Rainha é Iemanjá que pariu Oxalá sem se manchar.

⁴¹ Pintor, desenhista, ilustrador, escultor, poeta, romancista e professor. Nasceu em 1895, União dos Palmares (AL) e morreu em 1953 no Rio de Janeiro (RJ). (Jorge de Lima. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa2816/jorge-de-lima>>. Acesso em: 28 de maio. 2017).

Grande santo é Ogum em seu cavalo
encantado.
Eu cumba vos dou curau. Dai-me licença angana.
Porque a vós respeito,
e a vós peço vingança
contra os demais aleguás e capiangos brancos.
Agô!
que nos escravizam, que nos exploram,
a nós operários africanos,
servos do mundo,
servos dos outros servos.
Oxalá! Iemanjá! Ogum!
Há mais de dois mil anos o meu grito nasceu!
(LIMA, 1950)

TEORIA E PRÁTICA: APLICABILIDADE DOS TEXTOS EM SALA DE AULA DE ACORDO COM OS DOCUMENTOS OFICIAIS

Para verificar-se que os poemas apresentados anteriormente condizem com as propostas dos documentos oficiais de embasamento teórico para a educação de relações étnico-raciais em instituições de ensino, serão estudados neste tópico os textos literários procurando estabelecer um paralelo com os objetivos da *LDB*, do *PCNEM*, das *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais* e das *DCNs para a Educação das Relações Étnico-Raciais*.

De acordo com a Lei nº 11.645, última reformulação que ocorreu no Artigo 26 da *LDB*, é obrigatório o “ensino de história e cultura afro-brasileira (...) contemplando a cultura negra (...) na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política” (BRASIL, 2008).

A partir desta perspectiva, verifica-se que o poema analisado do autor Raul Bopp possibilita um estudo do negro como integrante da sociedade brasileira ao ser descrito como escravo que se encontra em uma fazenda, logo, quem o analisa infere que “Pai-João” foi um escravo das grandes fazendas brasileiras que existiram até o século passado.

Após constatar a existência de um homem negro na sociedade brasileira, a abordagem do poema deve encaminhar o alunado à observação da descrição dos hábitos de “Pai-João” como uma forma de demonstrar o que o escravo fazia e as atitudes que se perpetuam na comunidade local dos discentes. Sendo assim, este é um meio para explicar as contribuições do negro na área social, econômica e política do país.

Por exemplo, logo no início do poema explicita-se o ato de fumar como forma de distração e esquecimento de sentimentos indesejáveis ou que causam sofrimentos, como a saudade da terra natal que é o caso do “Preto velho”. Do mesmo modo atualmente é comum, em muitos grupos sociais, o uso de entorpecentes, tanto de drogas lícitas como o cigarro e as bebidas alcoólicas, quanto drogas ilícitas.

Outra ação encontrada no texto e que se pode estabelecer um paralelo com a realidade da maioria das comunidades é o hábito de dançar ao som de instrumentos que emitem sons de batuque, como por exemplo, o samba e o pagode que tem sua base musical no pandeiro, o coco (ritmo tradicional no norte e nordeste) que além da melodia possui acompanhamento do pandeiro e de batidas dos pés.

Nesta mesma linha de som emitido pelo corpo, há a catira, modalidade musical comum no sul do Brasil e que é baseada em batidas dos pés e das mãos dos dançarinos. Além desses ritmos, muitos outros podem ser inseridos ao se analisar o poema e demonstrar ao discente como os escravos que viviam “umbigando e corporeando em redor da fogueira (...) num soturno bate-bate de atabaque de batuque” (BOPP, 1998, p.199) cooperaram na criação dos atuais ritmos brasileiros.

Além disso, o docente tem a possibilidade de inserir o estudo de vocábulos derivados de palavras africanas ou que eram empregados pelos escravos e acabaram tornando-se oficiais no dicionário da Língua Portuguesa. Um caminho para esta inserção é, por meio da análise morfológica fazer com que os jovens identifiquem o significado de “corporeando”, “mocambo”, “umbigando”, “nhô-branco”, entre outras.

Em seguida, pode-se relacioná-las com outras palavras que derivam delas e inserir novos léxicos originários da África e que são recorrentes na língua do povo brasileiro, por exemplo: “abadá”, “babá”, “bambolê” e “caçula”.

Abordando a cultura africana deste modo, relacionando-o com a realidade do aluno, o docente também estará alcançando os objetivos propostos pelo *PCNEM* no que diz respeito à disponibilização de produtos culturais diversos que auxiliem o adolescente na formação de sua identidade, pois estará demonstrando como os africanos influenciaram na construção cultural do Brasil.

Em vista deste reconhecimento, o jovem poderá orgulhar-se dos seus ascendentes e compreender que a cor da sua pele, a textura capilar e outras singularidades físicas são apenas marcas de um povo que veio para o Brasil e foi, ou melhor, ainda é, integrante ativo na composição da população nacional.

Em consequência, as propostas realizadas pelas *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais* também serão atingidas, diante do fato de que estudos de textos e análises amplas que relacionem o conteúdo com a realidade do aluno é o desenvolvimento de uma ação para que estudantes, negros e não negros construam suas identidades sem precisarem negar a si próprios e o grupo étnico-racial a que pertencem.

E, por fim, o texto de Bopp ainda contempla os objetivos explicitados no *DCNs Educação das Relações Étnico-Raciais* no que confere à aplicação de atividades que mesclam teoria com realidade e conteúdos que possibilitem aos negros “orgulharem-se da sua origem africana e para os brancos (...) identificarem as influências, a contribuição, a participação e a importância da história e da cultura dos negros no seu jeito de ser, viver, de se relacionar com as pessoas (...)” (BRASIL, 2004, p. 16).

Portanto, pode-se afirmar que *Urucungo* apresenta subsídios suficientes para se trabalhar a história e cultura africana em sala de aula sob a perspectiva da *LDB* e dos outros documentos oficiais. Do mesmo modo e com a mesma finalidade, será abordado a seguir o poema de Jorge de Lima apresentado anteriormente.

Vale ressaltar que os dados estudados neste tópico só serão visíveis e compreensíveis para os discentes após análise estrutural, sintática, morfológica e semântica dos textos, pois é por meio da análise que eles terão contato com o real significado de cada palavra, de cada ideologia e do significado que o poema carrega.

Rei é Oxalá, rainha é Iemanjá é rico no que diz respeito a informações culturais africanas. Através dele o discente terá acesso a informações históricas dos escravos no Brasil, pois, infere-se, por meio da análise, que o personagem é um negro invocando proteção divina contra os homens brancos que o maltratavam.

Decorre então a ideia de desumanização em que viviam os escravos, e ainda o texto apresenta os dados: “que nos escravizam, que nos exploram / a nós operários africanos” (LIMA, 1950). Assim, de acordo com o solicitado na *LDB*, o estudante terá acesso ao estudo da história afro-brasileira.

Considerando as demais informações do poema, como a citação das divindades originalmente africanas, dos costumes de oferenda aos deuses, do prato inventado pelos escravos negros e da referência que o eu-lírico faz no último verso “Há mais de dois mil anos o meu grito nasceu” (LIMA, 1950) à ideologia africana sobre o surgimento do mundo, percebe-se que o outro objetivo proposto pela *LDB*, o estudo da cultura africana, também pode ser atingido ao estudar o texto de Lima.

Ao realizar a desconstrução vocabular, o professor poderá abordar a língua africana, visto que as palavras “cumba”, “angana”, “aleguás”, “capiangos”, entre outras, dão abertura para o estudo de novas expressões originárias da África. É possível também iniciar um estudo sobre a culinária da população africana e seus descendentes, pois, o texto traz o vocábulo “curau” que é uma comida típica no Brasil, mas teve sua origem na África.

A religiosidade é marcante neste poema, é interessante ter a possibilidade de apresentar os rituais religiosos do eu-lírico e encaminhar um debate a respeito das religiões que surgiram embasadas nas mesmas crenças dos negros, como por exemplo, o candomblé e a umbanda que, embora conhecidas no Brasil, ainda são alvos de preconceito.

Logo, ao estudar o texto por esse viés, o educador estará agindo de acordo com o *PCNEM* e as *Orientações e Ações para a Educação das relações Étnico-Raciais* no que concerne ao desenvolvimento de ações que possibilitem ao aluno desenvolver-se e construir sua identidade sem precisar omitir sua origem étnica.

É considerável ainda a oportunidade de expandir não apenas a possibilidade de constituição de identidade livre de preconceitos somente dos negros, mas de todos os alunos visto que cada unidade familiar possui uma crença religiosa que deve ser respeitada por todos, logo, ao trabalhar a

religiosidade, o docente estará contribuindo para que os alunos assumam-se e orgulhem-se de suas crenças.

Isso posto, pode-se afirmar que o texto de Lima está de acordo com os pressupostos nos documentos oficiais abordados no início deste trabalho e é um caminho para o estudo das relações étnico-raciais de forma a expandir os conceitos dos estudantes sobre a pluralidade cultural existente no país.

CONCLUSÃO

O intuito do presente trabalho, primeiramente, foi o de encontrar meios eficazes para a concretização da Lei nº 10.639/03 e colaborar para uma educação que ofereça aos estudantes conteúdos colaborativos para o seu crescimento intelectual e moral. Longe de qualquer fechamento, pode-se afirmar que a educação das relações étnico-raciais necessita do trabalho em conjunto das autoridades, dos professores, dos alunos e da comunidade.

É necessária uma reestruturação da escola como um todo, por meio da elaboração de projetos que envolvam não apenas a comunidade escolar como também a comunidade externa. Percebe-se que é algo muito mais amplo, pois envolve questões ideológicas e saberes culturais cultivados por gerações e gerações, como o preconceito que infelizmente é passado muitas vezes por meio da educação.

Por ser esse processo complexo e demorado é que este estudo objetiva contribuir, mesmo que de modo singelo, para que os discentes tenham contato com a cultura africana e possam, mesmo que aos poucos, expandir seus conhecimentos e aprender a respeitar a diversidade.

Se a literatura fornece subsídios para o ensino possibilitando abordar a temática, por que não fazer uso deste meio? A linguagem literária apresenta-se de maneira inovadora para trabalhar os temas mais obscuros e considerados tabus, pois, trata de forma leve e por meio de recursos linguísticos diversos, possibilitando assim que a aula seja mais descontraída e edificante.

Ressalta-se ainda que, como todo estudo, a proposta realizada é apenas uma alternativa sugerida, longe de encerrar a discussão, existem inúmeras possibilidades que podem ser propostas ou empregadas para atingir o objetivo da Lei nº 10.639/03.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mário de. Macunaíma. São Paulo: Abril cultural, 1976.

BOPP, Raul. **Poesia completa de Raul Bopp**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto legislativo nº 186/2008 e pelas emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. Ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, edições Câmara, 2012. 454 p.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da História afro-brasileira e africana**. Brasília/DF: SECAD/MEC, 2004.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 03 de março de 2017.

BRASIL. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 03 de março de 2017.

BRASIL. **Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 03 de março de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais Brasília**: SECAD, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Distrito Federal: Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Grupo de Trabalho Interministerial. **Contribuições para a Implementação da Lei 10639/2003**: Proposta de Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Lei 10639/2003. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/contribuicoes.pdf>>. Acesso em: 12 de março de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Ensino Médio. Brasília: MEC, 1999, 364 p.

BRASIL. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: língua portuguesa. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

BRASIL. O direito à literatura; Esquema de Machado de Assis. In: **Vários Escritos**, Antonio Candido (org.). São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CUTI, Luiz Silva. **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

Enciclopédia Itaú cultural de arte e cultura brasileiras. **Jorge de Lima**. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa2816/jorge-de-lima>>. Acesso em: 28 de maio. 2017.

Enciclopédia Itaú cultural de arte e cultura brasileiras. **Raul Bopp**. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa3426/raul-bopp>>. Acesso em: 28 de maio. 2017.

GOMES, Nilma Lino. **Cultura negra e educação**. Revista Brasileira de Educação. Maio/Jun/Jul/Ago 2003 Nº 23.

HOHLFELDT, Antônio. O esquecido Urucungo. In: **Poesia completa de Raul Bopp**, Augusto Massi (org.). Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

KROEBER, Alfred. O superorgânico, 1949. In: **Estudos de organização social**, Donald Pierson (org.). São Paulo: Livraria Martins Editora, 1950 "Anthropology". Scientific American, vol.83.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: Um conceito antropológico**. 14. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

LIMA, Jorge de. **Antologia poética**. Rio de Janeiro: Sabiá, 1969.

LIMA, Jorge de. Poemas negros In: **Obra poética**, Editora Getúlio Costa, Rio de Janeiro, 1950.

MATTOSO CAMARA JUNIOR, J. **Contribuição a estilística portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978. 79p.

MONTEIRO, J. L. **A estilística**. São Paulo: Ática, 1991. 188p.

MUNANGA, K. (Org.). **Superando o racismo na escola**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2ª ed. Brasília, 2005.

TYLOR, Edward. **Primitive culture**, 1871. Londres, John Mursay & Co. 1958, Nova York, Harper Torchbooks.

Recebido em 14 de janeiro de 2018.
Aceito em 28 de março de 2018.